

## Emergência Climática, Desabastecimento Alimentar e Cozinhas Solidárias: desafios para Segurança Alimentar e Nutricional

Autores: Juliano Ferreira de Sá; Lúcia Dias da Silva Guerra; Cristina Fabian e; Elisângela de Jesus Conceição.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O Brasil viveu, nas duas últimas décadas, um processo intenso e contraditório no campo da segurança alimentar e nutricional. Se por um lado, entre 2003 e 2014, houve um processo de mobilização social e política pelo enfrentamento à fome, com uma robusta institucionalização de políticas públicas, por outro, a partir de 2016, a crise política e institucional iniciou um processo de desmantelamento de políticas que fizeram o país retroceder ao vergonhoso mapa da fome (II VIGISAN, 2022).

Neste período, a sociedade civil organizada, movimentos sociais, Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional, entidades religiosas e lideranças comunitárias contribuíram para que a situação não fosse ainda pior. Cabe destacar o papel das cozinhas solidárias, que embora existam há muitas décadas, assumiram protagonismo durante a pandemia da Covid-19 e foram fundamentais para populações em situação de vulnerabilidade (De Sordi, 2023; Martins, 2023; Siqueira e Almeida, 2022; Aimol, 2022; Fuentes, Jimenez e Mlynarz, 2022).

Após nova mudança política, a retomada das políticas públicas, com destaque para aquelas que visam a garantia e a efetivação do direito humano à alimentação adequada e saudável, no início de 2023 restabeleceu os componentes de segurança alimentar e nutricional (SAN). A enchente de maio de 2024, que ocorreu na Região Sul do Brasil, foi a maior emergência climática da história do Rio Grande do Sul (Canuto, 2024), afetando praticamente todo o estado, gerando uma situação de emergência que mobilizou o país e o mundo.

Conforme os dados oficiais, cerca de 81.200 pessoas ficaram em abrigos temporários - Agência Brasil (2024). Ao total, os óbitos passaram de 180 e mais de duas dezenas de pessoas seguem desaparecidas. Além disso, o acesso à alimentação foi comprometido e, mais uma vez, as cozinhas solidárias fizeram a diferença para assegurar as refeições de muitas pessoas atingidas.

Na crise sanitária da Covid-19 e na crise climática de maio de 2024 ficou evidente, como consequência, situações generalizadas de crises alimentares. Em ambas as

situações, percebeu-se insuficiência das respostas estatais em tempo hábil, ao mesmo tempo, as cozinhas solidárias foram rápidas respostas às situações de desabastecimentos alimentares, emergindo de organizações populares, movimentos sociais, pastorais e coletivos de base.

Por serem iniciativas populares, as cozinhas solidárias carecem de um conjunto de fatores, sejam eles de ordem estruturais, de recursos humanos, mas em especial, da oferta de insumos. Muitas dessas iniciativas ocorrem nas casas das lideranças comunitárias ou até mesmo em espaços improvisados, com estruturas precárias, o que dificulta ainda mais o trabalho das poucas pessoas voluntárias responsáveis pelo funcionamento das cozinhas.

## OBJETIVO

Este artigo pretende contribuir com a discussão acadêmica acerca das cozinhas solidárias e a organização popular de abastecimento local de alimentos, propondo reflexões sobre o papel que estes equipamentos sociais desempenham para a garantia da segurança alimentar e nutricional, buscando elucidar suas potencialidades e limitações, à luz das políticas públicas sociais.

## METODOLOGIA

O caminho metodológico foi traçado a partir da análise de documentos do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS e da Central de Abastecimento das Cozinhas Solidárias. Também foi levado em consideração diálogos entre representantes de cozinhas com autores deste artigo, durante a tragédia climática do Rio Grande do Sul em maio de 2024.

Este artigo parte do pressuposto de que a fome é um problema estrutural, transversal e consequente de opções políticas, econômicas e sociais. Conforme Josué de Castro (1946), a fome é uma expressão biológica dos males sociológicos. Neste sentido, o caminho de análise teórica passa pelas abordagens de mudanças de políticas (Pierson, 2000; Capoccia, 2015; Mahoney e Thelen, 2010; Mahoney, 2001) e desmonte de políticas públicas (Bauer e Knill, 2012).

As cozinhas solidárias de Porto Alegre, seja as que emergiram durante a Pandemia da Covid-19, ou as emergenciais que surgiram durante a enchente de maio de 2024, conforme informações levantadas pela Central de Abastecimento das Cozinhas Solidárias, funcionam com trabalho voluntário. As pessoas beneficiárias das cozinhas, em geral, se colocam à disposição para contribuir de alguma forma. Essas relações, de acordo com

Sabourin (2011), são estabelecidas nos princípios da reciprocidade, baseadas na solidariedade e na ajuda mútua.

Outra lente analítica e interpretativa para tratar o tema das cozinhas solidárias e da organização popular para o abastecimento local de alimentos é a da democracia alimentar (Lang, 1999; Dutilleul, 2013; Paturel e Ramel, 2017). Em síntese, os autores analisam sob o prisma da participação dos diversos atores sociais para o acesso e o direito à uma alimentação adequada e saudável, levando em consideração as escolhas, hábitos e culturas alimentares, na perspectiva da justiça social.

## SÍNTESE DOS RESULTADOS

A questão da fome, inclusive em situações de desabastecimento em decorrência de crises climáticas e humanitárias, continuam sendo um problema político. Durante as enchentes de maio de 2024, pode-se perceber que, conforme sustenta o pensamento de Surel (1995), governos que defendem o Estado de bem estar social tendem a reforçar ou criar políticas nesta direção, enquanto que os defensores do Estado mínimo, tendem a minimizar a atuação das políticas públicas.

As cozinhas solidárias e a organização popular de abastecimento local de alimentos foram respostas rápidas para situações de crises alimentares, como as vivenciadas durante a enchente de maio de 2024. Notou-se também que o aporte de políticas públicas como o Programa Cozinhas Solidárias, foram fundamentais para garantir uma atuação mais eficiente dessas tecnologias sociais nas ofertas de refeições.

Porém, há muito em que se avançar em políticas e programas na perspectiva de melhorar as condições estruturais, de funcionamento e de apoio financeiro para as pessoas voluntárias que estão à frente das cozinhas solidárias. Além disso, será preciso ações articuladas entre os diferentes Entes federados, no intuito de reconhecer e fortalecer as iniciativas das cozinhas, com ações diferenciadas e convergentes. Por fim, no contexto das mudanças climáticas, o Estado brasileiro nas suas diferentes esferas, precisa elaborar protocolos de emergências baseados em evidências científicas para enfrentar situações de desabastecimento alimentar.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Número de pessoas em abrigos no RS cai 89% desde pico da emergência. 2024. Disponível em:<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-06/numero-de-pessoas-em-abrigos-no-rs-cai-89-desde-pico-da-emergencia>.

AIMOL, C.A. Role of Food Banks and Community Kitchens during and post-COVID-19 Crisis: An Alternative Food Security Initiative. In: MOOLAKKATTU, J.S.; CHATHUKULAM, J. Challenges to local governance in the pandemic Era: perspectives from South Asia and Beyond. Cambridge Scholars Publishing, 2022.

BAUER, Michael; KNILL, Christoph. 2012. Understanding policy dismantling: an analytical framework. In: Bauer, Michael; Jordan, Andrew; Green-Pederson, Christoffer; Héritier, Adrienne. Dismantling public policy: preferences, strategies and effects. Oxford: Oxford University Press. pp. 30-55.

Canuto R. Inundações e negacionismo climático estão prejudicando milhões de pessoas no sul do Brasil . BMJ 2024 ; 386 : q1519 . pmid: 38986544

CAPOCCIA, Giovanni. 2015. Critical junctures and institutional change. In: MAHONEY, James; THELEN, Kathleen (ed.). Advances in Comparative-historical Analysis. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 147-179.

DE SORDI, D. Cozinhas solidárias do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST): solidariedade e reconstrução da esfera pública (2021-2022). Mundos do trabalho, v. 15, p. 1-21, 2023.

DE SORDI, Denise; BURIGO, André; OLIVEIRA, Denise. Na cozinha, não há só comida: segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar nas experiências de cozinhas solidárias na Argentina, Colômbia, Uruguai e Brasil. Rio de Janeiro; Brasília: Fiocruz/VPAAPS; Fiocruz/GEREB, 2023.

Dutilleul, F. C., "Penser une démocratie alimentaire", In Dutilleul, F., Bréger, T. (Eds.), Penser une démocratie alimentaire. San José: Inida, 2013. v. 1.

FUENTES, V.; JIMENEZ, J.; MLYNARZ, D. Olla comunes: iniciativas de respuestas comunitaria ante el hambre en Santiago de Chile en el contexto de pandemia por Covid-19. Rimisp, 2022.

II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN : relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. -- São Paulo, SP : Fundação Friedrich Ebert : Rede PENSSAN, 2022. PDF ISBN 978-65-87504-50-6.

LANG, T., "Food policy for the 21st century: can it be both radical and reasonable?" In Koc, M., MacRae, R., Mougeot, L. J. A., Welsh, J. (Eds.), For hunger-proof cities: sustainable urban food systems. Ottawa: IDRC, 1999.

MARTINS, I. G. Direito à alimentação em português: a prática das coordenadoras do MTST nas cozinhas solidárias do Distrito Federal. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, Universidade de Brasília, 2023.

MAHONEY, James. 2001. Path-dependent explanations of regime change: Central America in comparative perspective. *Studies in Comparative International Development*, v. 36, n. 1, pp. 111-141.

MAHONEY, James; THELEN, Kathleen. "A Theory of Gradual Institutional Change", IN: Mahony, James; Thelen, Kathleen (orgs). *Explaining Institutional Change: Ambiguity, Agency and Power*. Cambridge, Cambridge University Press, 1-37. (\*), 2010.

Patrel, D., Ramel, M., "Éthique du care et démocratie alimentaire : les enjeux du droit à une alimentation durable", *Revue Française D'éthique Appliquée*, 2 (4) | 2017.

DOI : 10.3917/rfeap.004.0049

PIERSON, P. 'Returns Growths, Path Dependence, and the Study of Policy', *American Politics. Scientific Journal* 94 (2); 251-68. 2000.

SABOURIN, Eric. *Sociedade e Organizações Camponesas: uma leitura através da reciprocidade* / Eric Sabourin - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SIQUEIRA, L. F.; ALMEIDA, N.L. Os sistemas alimentares- mobilizações comunitárias e políticas públicas ante à fome em Porto Alegre. In: MARX, V.; FEDOZZI, L.J.; CAMPOS, H.A. *Reforma urbana e direito à cidade*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

SUREL, Y. 1995 Les politiques publiques comme paradigme. In : FAURE, A.; POLLET, G.; WARIN, P. *La construction du sens dans les politiques publiques: débats autour de la notion de référentiel*. Paris: Éditions L'Harmattan, p. 125-152.

